



REQUERIMENTO Número / (.^a)
 PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**Considerando que:**

Na sequência dos grandes incêndios de junho de 2017 foram destruídas, total ou parcialmente, centenas de primeiras e segundas habitações. No caso das primeiras habitações, com maior ou menor atraso, as obras estão a decorrer sendo que algumas delas estão já finalizadas.

Para as segundas habitações, ou habitações não permanentes, afetadas pelos incêndios ou outras circunstâncias excecionais o Governo, no Orçamento de Estado para 2018, apenas prevê, através do Fundo de Apoio Municipal (FAM) uma verba máxima total de 10 milhões de euros a conceder às pessoas singulares ou aos agregados familiares cujas habitações não permanentes tenham sido danificadas ou destruídas pelos incêndios de grandes dimensões.

Tal obriga os municípios à elaboração de um regulamento municipal específico que defina a forma, natureza e âmbito da atribuição do apoio da sua área territorial, fazendo depender a reconstrução destas habitações da boa vontade/disponibilidade dos municípios para se endividarem para este fim.

Tratam-se de empréstimos com um prazo máximo de 20 anos e com um período de carência de 2 anos, atribuídos após pedido à DGAL e parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) territorialmente competente.

Numa audição parlamentar em 18 de abril, o Sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas referiu que alguns municípios estavam a criar programas de apoio às 2^{as} habitações.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3

fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1.Quais os municípios que aderiram à verba disponibilizada pelo FAM para este fim?

2.Quantas casas de 2ª habitação têm já a obra contratualizada em cada um dos municípios afetados?

3.Quantas estão concluídas?

Palácio de São Bento, 28 de junho de 2018

Deputado(a)s

ASSUNÇÃO CRISTAS(CDS-PP)

NUNO MAGALHÃES(CDS-PP)

TELMO CORREIA(CDS-PP)

VÂNIA DIAS DA SILVA(CDS-PP)

PATRÍCIA FONSECA(CDS-PP)

ANTÓNIO CARLOS MONTEIRO(CDS-PP)

ILDA ARAÚJO NOVO(CDS-PP)

HELDER AMARAL(CDS-PP)

JOÃO PINHO DE ALMEIDA(CDS-PP)

JOÃO REBELO(CDS-PP)

PEDRO MOTA SOARES(CDS-PP)

ÁLVARO CASTELLO-BRANCO(CDS-PP)

ANA RITA BESSA(CDS-PP)

FILIPE ANACORETA CORREIA(CDS-PP)

ISABEL GALRIÇA NETO(CDS-PP)

JOÃO GONÇALVES PEREIRA(CDS-PP)

TERESA CAEIRO(CDS-PP)

CECÍLIA MEIRELES(CDS-PP)